

EDUCAÇÃO E TRABALHO: UMA RELAÇÃO DE CONTRADIÇÕES COM A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

Rozana Quintanilha Gomes Souza ¹
Gerson Tavares do Carmo ²

RESUMO

Ao longo da história, a sociedade vem fortalecendo as relações entre trabalho e educação e apontando a escola como a instituição ideal para promover, formalmente, o conhecimento e desenvolver habilidades e competências necessárias à formação do profissional. No entanto, essas relações costumam também estar limitadas ao trabalho meramente voltado para interesses do capital. Nesse sentido, o próprio sistema educacional, diante de claros interesses mercadológicos, acaba reproduzindo os espaços de luta de cunho social, perpetuando a dominação política, social e econômica por parte da elite, na qual a classe dirigente é formada para continuar sendo dirigente e as classes populares para continuar populares. Face o exposto, o presente artigo tem o objetivo de analisar as categorias trabalho e educação e como estas estão inseridas no contexto da Educação Profissional. Assim, pretende-se suscitar reflexões sobre o trabalho como princípio educativo, e não como mero instrumento de mercado.

Palavras-chave: Educação, Trabalho, Educação Profissional.

INTRODUÇÃO

As relações entre educação e trabalho parecem explícitas e simples do ponto de vista de se ter uma profissão, referindo-se diretamente à educação como meio de formação e qualificação profissional; no entanto, são implícitas e contraditórias do ponto de vista da lógica do capital, referindo-se diretamente à educação como uma das etapas do processo de desenvolvimento econômico. Este último aspecto demanda uma análise mais detalhada, fazendo-se necessário discutir se a educação, na maneira pela qual está sendo planejada e efetivada, busca superar ou legitimar as desigualdades sociais.

Ao longo da história, as sociedades de modo geral e, especificamente, a sociedade brasileira têm reproduzido um modelo de educação pautado na dualidade estrutural que acirra as desigualdades socioculturais. As instituições de ensino ofertam uma educação academicista para as classes média e alta visando formar as classes dirigentes; enquanto as escolas que

¹ Doutoranda do Curso de Cognição e Linguagem da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro - UENF, rozanaquintanhags@gmail.com;

² Professor orientador: doutor, Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro - UENF, gtavares33@gmail.com.

atendem a um público menos favorecido voltam-se para uma educação na instrumentalidade para o trabalho.

Assim, as contradições presentes em uma sociedade de classes vão estar presentes também na legislação e nas políticas públicas educacionais concebidas por ela, pois a forma pela qual a sociedade estabelece a relação entre educação e trabalho vai influenciar o sistema educacional como um todo.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB (BRASIL, 1996) instituiu as bases para a reforma do ensino profissionalizante no Brasil. A Educação Profissional passou a ser articulada à formação geral com o intuito de romper com uma escolarização que visava a um ensino exclusivamente prático e utilitário.

A partir desse contexto, o presente artigo tem o objetivo de analisar as categorias trabalho e educação e como estas estão inseridas no contexto da Educação Profissional. Assim, pretende-se suscitar reflexões sobre o trabalho como princípio educativo, e não como mero instrumento de mercado.

ASPECTOS HISTÓRICOS DA RELAÇÃO ENTRE TRABALHO E EDUCAÇÃO

A educação está atrelada a duas concepções de sociedade: uma real, que existe de fato, e outra que, utopicamente, gostaríamos que existisse. Nesse sentido dualista, há uma relação muito próxima entre educação e trabalho, na qual a sociedade irá desenvolver formas de satisfazer suas necessidades de consumo por meio da organização do trabalho. “O ato do consumo é um ato humano por excelência, no qual o homem atende a suas necessidades orgânicas (de subsistência), culturais (educação e aperfeiçoamento) e estéticas” (ARANHA; MARTINS, 1993, p. 15). Logo, não existe sociedade sem trabalho. Por outro lado, as sociedades existem porque a cultura e o conhecimento vão sendo passados de geração em geração, portanto também não existe sociedade sem educação.

A concepção de trabalho na cultura ocidental sempre esteve pejorativamente associada a uma visão negativa. Na Bíblia, por exemplo, Adão e Eva foram condenados ao trabalho com o ‘suor do seu rosto’ quando foram expulsos do Paraíso. A etimologia da palavra trabalho vem do vocábulo latino *tripaliare*, do substantivo *tripalium*, que é formado pela junção de dois termos: *tri*, que quer dizer “três”, e *palum*, que significa “madeira”, termo que denomina um aparelho de tortura (formado por três paus afiados), que era usado contra os condenados e pobres que não podiam pagar os impostos, e que também serviam para manter presos os animais mais difíceis de domesticar. Daí a associação do termo trabalho com tortura, sofrimento, pena,

labuta. Com o passar do tempo, por extensão a essas associações, essa palavra passou a ter o sentido de uma atividade exaustiva e difícil ou então de qualquer tarefa voltada para uma finalidade específica.

Na Grécia antiga, o trabalho manual era desvalorizado por ser destinado aos escravos, ao contrário da atividade intelectual, que era valorizada e considerada o fazer mais nobre do homem. Nos séculos XVII e XVIII, o advento das máquinas e o aperfeiçoamento das técnicas fizeram surgir as fábricas, o capital acumulado e o aumento da produção. Esse progresso recrutou trabalhadores de todas as idades e os condenou a condições subumanas de vida. No século XIX, os movimentos anarquistas, socialistas e marxistas pretenderam denunciar e reverter essa situação.

Marx critica a visão otimista do trabalho ao demonstrar como o objeto produzido pelo trabalho surge como um ser estranho ao produtor, não mais lhe pertencendo: trata-se do fenômeno da alienação [...]. Isso não significa que Marx não considere o trabalho condição da liberdade. Ao contrário, esse é o ponto central do seu raciocínio. Para ele, o conceito supremo de toda concepção humanista está em que o homem deve trabalhar para si, não entendendo isso como trabalho sem compromisso com os outros, pois todo trabalho é tarefa coletiva, mas no sentido de que deve trabalhar para fazer-se a si mesmo homem. O trabalho alienado o desumaniza (ARANHA; MARTINS, 1993, p. 11).

De acordo com as ideias marxistas, o trabalho tem uma conotação negativa pelo fato de o homem não possuir o produto que ele próprio produz, “mas não é apenas o produto que deixa de lhe pertencer. Ele próprio abandona o centro de si mesmo” (ARANHA; MARTINS, 1993, p. 13). O produto do seu trabalho, o resultado do seu labor, adquire valor superior a ele mesmo, ao homem, aviltado nessas relações materiais em detrimento das pessoais. Com isso, há uma humanização do produto em prejuízo do homem que, nessa condição, se desumaniza.

No período colonial no Brasil estabeleceu-se uma dualidade na estrutura social que apresentava um modelo que separava a sociedade em dois grupos: a classe dirigente, formada pelos colonizadores e administradores da produção econômica; e a classe dos dirigidos, formada pela massa de trabalhadores relegada a uma posição subalterna e inferiorizada. A desigualdade social teve seu berço na colonização do país e conservou a visão estigmatizada do trabalho como uma atividade exercida por escravos ou por trabalhadores de baixo nível cultural e econômico.

Dessa forma, como entraria o trabalho nos processos de educação e de formação humana no ambiente escolar? A forma como o trabalho vai aparecer dependerá do poder hegemônico dominante no campo social. No caso de uma sociedade capitalista, neoliberal e periférica, como é o caso da brasileira, dentre tantas dimensões sociais desenvolvidas, a econômica,

notoriamente, é a mais importante. Nessa lógica, o papel da educação, diante de claros interesses mercadológicos, não poderia ser outro senão o de formar indivíduos para atender às necessidades capitalistas do mercado de trabalho.

Contrariamente, o cerne da lógica da formação humana está nos sujeitos em sua relação com o conhecimento, tendo como centralidade o trabalho, mas não um tipo de trabalho voltado meramente para interesses do capital, que, em suma, desumaniza; mas sim, uma forma de trabalho que liberta, forma e transforma, ou seja, que humaniza. Assim, pensar a formação humana a partir dessa lógica não é desconsiderar a dimensão econômica, mas deslocá-la de um papel central para ceder lugar de protagonismo ao ser humano.

No mundo capitalista, o prazer proveniente do trabalho é tomado do homem quando ele perde a capacidade de intervir criticamente sobre aquilo que ele mesmo produz. Não estamos aqui questionando a importância da competência técnica, mas ela sozinha não dá conta no que se refere à formação humana, pois não se forma um sujeito sem que ele consiga compreender a sociedade onde ele está inserido e quais as correlações de força e de poder que existem nela. Nesse sentido, Aranha e Martins (1993, p. 15) nos dizem:

Onde a técnica se torna o princípio motor, o homem se encontra mutilado, porque é reduzido ao anonimato, às funções que desempenha, e nunca é um fim, mas sempre meio para qualquer coisa que se acha fora dele. Enquanto prevalecerem as funções divididas do homem que pensa e do homem que só executa, será impossível evitar a dominação, pois sempre existirá a ideia de que só alguns sabem e são competentes e, portanto, decidem; a maioria que nada sabe é incompetente e obedece. Por isso, a questão fundamental, hoje, é a da necessidade da reflexão moral sobre os fins a que a técnica atende, observando se ela está a serviço do homem ou da sua exploração.

É preciso que ele compreenda a cultura, para analisar criticamente a sociedade. Do contrário, ele será um mero instrumento a serviço dessa lógica que tem a centralidade na dimensão econômica. “Ao deixar de ser o centro de si mesmo, o homem perde a dimensão de contestação e crítica, sendo destruída a possibilidade de oposição no campo da política, da arte, da moral” (ARANHA; MARTINS, 1993, p. 17).

Essa concepção negativa em relação ao trabalho, historicamente marcada, deu formato ao ensino profissional da Escola de Aprendizes Artífices. As escolas profissionais por melhores que fossem estariam sempre desprestigiadas socialmente, enquanto as escolas secundárias e superiores estariam sempre prestigiadas socialmente e legalmente. Portanto, as escolas – profissionais e acadêmicas - eram julgadas pela sociedade em virtude do grupo social ao qual se destinava o atendimento.

No Brasil, nos séculos seguintes, as transformações que os sistemas de ensino vinham sofrendo visavam ainda atender, prioritariamente, às necessidades da elite e do Estado, ficando para segundo plano a educação das classes populares e a valorização desse indivíduo.

RUMOS DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

A Educação Profissional foi legalmente assumida com essa denominação em 1996 na LDB, passando, a partir daí, a compor a educação básica. Conseqüentemente, a Educação Profissional passou a ter uma seção específica na legislação, que trata do segmento da educação destinado à formação do trabalhador, englobando três níveis de ensino: os cursos básicos de qualificação para o trabalho, em geral de curta duração; os cursos técnicos integrados ou subsequentes ao ensino médio; e os cursos tecnológicos de graduação ou pós-graduação.

Essa mudança na legislação foi considerada um grande avanço para essa modalidade, pois, até então, a Educação Profissional estava inserida num conjunto organizacional no qual a escolarização não fazia parte das atividades dos cursos profissionalizantes, ou seja, visava a um ensino exclusivamente prático e utilitário. De acordo com Ana Margarida Campello, na reportagem de Guimarães (2007, p.1), “já havia Educação Profissional na prática dos antigos artesãos, mas num contexto em que o aprender era colado no fazer, sem a mediação da escola”.

Apesar desse inegável avanço na formação do trabalhador, alguns pesquisadores, como Cláudio Gomes na reportagem de Leila Leal (2011), ponderam o conteúdo político e ideológico implícito nessa nova concepção de Educação Profissional, que parece levar os trabalhadores à determinadas posições sociais e profissionais que já lhes eram reservadas.

A cidadania que se concebe nesse contexto, assim como a educação que é proposta, aparece para recompor o exército de trabalhadores subalternizados no processo produtivo contemporâneo. É como dizer que essa população precisa se inserir da forma que ‘lhe cabe’ na atual divisão técnica e social do trabalho (LEAL, 2011, p. 2).

Contudo, a Educação Profissional tomou novos rumos, visto que ela passou a ter uma visibilidade, senão do modo que desejamos, diferente daquela destinada a ela historicamente no mundo – o de, legalmente, formar o indivíduo das classes populares para o trabalho manual, enquanto a escola formava as elites para o trabalho intelectual. Assim, a Educação Profissional passou a oportunizar a escolaridade para as classes dos dirigidos e, com isso, a chance de poderem assumir funções de dirigentes. Guimarães (2007, p. 1) explica:

O papel da escola ao longo da História ajuda a entender também os principais desafios da Educação Profissional ainda hoje. No mundo como um todo, foi só com a Revolução Industrial, por exemplo, que a escola passou a transmitir conhecimentos técnicos e profissionais. Antes, ela cuidava apenas da formação intelectual e delegava a outras instituições a preparação para o trabalho.

A escolarização no ensino profissional trouxe não apenas uma nova denominação - a Educação Profissional – mas uma nova proposta, na qual a formação profissionalizante passou a ser articulada à formação geral; e uma nova concepção de responsabilidade da Educação. Na reportagem de Leila Leal (2011), Francisco Aparecido Cordão, presidente da Câmara de Educação Básica do CNE e relator da proposta original do Conselho, alertou sobre a importância de suscitar debates que venham provocar uma demanda para a atualização das diretrizes da Educação Profissional técnica de nível médio em articulação com a atualização das diretrizes do Ensino Médio. Isso se torna mais complexo ainda quando somado às demandas da Educação de Jovens e Adultos, visto que a articulação, nesse caso, será entre três modalidades, cada uma delas com suas especificidades.

A integração entre o Ensino Profissionalizante e o Ensino Médio representou um avanço para a classe trabalhadora, mas é preciso avançar mais no sentido de garantir mudanças mais concretas para uma formação integrada de fato. Nesse sentido, aponta-se a necessidade de aprofundamento desse debate para um entendimento mais substancial a respeito do significado de que a educação integrada é a que tem o trabalho como princípio educativo.

A Educação Profissionalizante tem sido alvo de debates nos últimos tempos. Mas, embora a modalidade de jovens e adultos esteja incluída nesse sistema de educação, essas discussões acabam focando o Ensino Médio integrado à Educação Profissional para os jovens em idade escolar considerada regular. Assim, esse público fica mais uma vez relegado a segundo plano e o modelo educacional pautado na dualidade estrutural continua perpetuando a situação de desigualdade social no Brasil.

Com o passar do tempo, a priorização da Educação Profissional e sua articulação com a formação geral passou a ganhar mais relevância no contexto do desenvolvimento econômico do país sendo assunto de destaque nos cenários das eleições para a Presidência da República. É bem verdade que essa pauta sempre esteve presente nas plataformas e programas eleitorais, mas não com tanto destaque quanto nos últimos anos, mais especificamente a partir do período do Governo Lula. Pesquisadores apontam diversos fatores que justificam o fato desse tema apresentar-se de forma mais enfática nos últimos debates eleitorais, mas todos concordam que os aspectos econômicos, ideológicos e políticos são os principais.

De acordo com Cláudio Gomes, Virgínia Fontes e Marise Ramos, professores-pesquisadores, nas palavras de Leal (2011), a temática da Educação Profissional tem aparecido com mais reincidência e impondo novas demandas para a educação devido a três fatores: ao plano de expansão da rede federal e criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia; ao crescimento da economia de 3,6% entre 2003 e 2009, percentual maior do que o período de 1998 a 2002 que foi de 1,7%; e, ao fato de que a Educação Profissional representa um caminho para minimizar os problemas de baixas escolaridade e renda da classe trabalhadora.

A Educação Profissional passou por muitas fases ao longo da história do Brasil e, atualmente, atravessamos uma fase marcada por contradições que, ao mesmo tempo em que sugerem avanços em relação à expansão da educação profissional, sugerem um retrocesso quando associamos a educação profissional à lógica economicista. Na reportagem de Leila Leal (2011, p. 6) da Revista Poli, Marise Ramos assevera:

Precisamos pensar pela via da contradição. A década de 1990 foi marcada por uma privatização intensa de tudo o que foi construído até os anos 1970. Ainda que tenha se constituído como política compensatória, marcada pela dualidade de classe e educacional, isso constituiu dos anos 1950 aos 1970 uma estratégia de acesso da classe trabalhadora a uma educação pública com alguma qualidade. Portanto, a retomada disso é positiva, se tivermos em comparação o que aconteceu antes. Ela não é positiva se mantida sob a lógica economicista, porque é mais uma ideologia e reforça uma lógica dual de educação profissional para o mercado de trabalho. Nesse contexto, há contradições que são acirradas em benefício da classe trabalhadora. Precisamos nos apropriar disso e defender a educação profissional no sentido de torná-la pública, de qualidade, relacionando trabalho, ciência e cultura.

A política de integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na modalidade EJA exige que seja elaborado um projeto político-pedagógico que enfoque o trabalho como princípio educativo, “no sentido de superar a dicotomia trabalho manual/trabalho intelectual, de incorporar a dimensão intelectual ao trabalho produtivo, de formar trabalhadores capazes de atuar como dirigentes e cidadãos” (CIAVATTA, 2005, p. 84). Para esse empreendimento, os Institutos Federais, únicos que viabilizam esse tipo de oferta de educação - Proeja, precisam direcionar suas ações buscando a integração entre o Ensino Médio e o profissionalizante numa perspectiva de formação humana.

Segundo Ciavatta (2005, p. 84), a concepção de formação integrada remete “o termo ‘integrar’ ao seu sentido de completude, de compreensão das partes no seu todo ou da unidade no diverso, de tratar a educação como uma totalidade social, isto é, nas múltiplas mediações históricas que concretizam os processos educativos”.

O Documento Base do Proeja (BRASIL, 2007, p. 41) destaca a perspectiva de formação integrada como “um projeto educativo para além de segmentações e superposições que tão

pouco revelam das possibilidades de ver mais complexamente a realidade e, por esse ponto de vista, pensar também a intervenção pedagógica”.

Os fundamentos do projeto político-pedagógico da EJA estão pautados numa perspectiva de “formação para o exercício pleno da cidadania, por meio do desenvolvimento do pensamento crítico e autônomo de cidadãos participativos, conscientes de seus direitos sociais e de sua compreensão/inserção no mundo do trabalho” (BRASIL, 2007, p. 42). Assim, torna-se imprescindível traçar um currículo que considere as particularidades dos sujeitos da EJA, e que os conduza à emancipação sociopolítica.

Portanto, o currículo integrado é uma possibilidade de inovar pedagogicamente na concepção de ensino médio, em resposta aos diferentes sujeitos sociais para os quais se destina, por meio de uma concepção que considera o mundo do trabalho e que leva em conta os mais diversos saberes produzidos em diferentes espaços sociais. Abandona-se a perspectiva estreita de formação para o mercado de trabalho, para assumir a formação integral dos sujeitos, como forma de compreender e se compreender no mundo (BRASIL, 2007, p. 43).

Por isso, é essencial que se supere a concepção dessa modalidade como compensatória, conforme tem ocorrido ao longo da história com a intenção de recuperar os aspectos temporais e espaciais da escolaridade. Isto implica reconhecer os saberes produzidos nos “variados espaços sociais que a população vivencia no seu estar e ser no mundo, seja cultural, laboral, social, político e histórico” (BRASIL, 2007, p. 43).

O fundamental nesta proposta de integração do projeto político-pedagógico e do currículo é atentar para as heterogeneidades desses sujeitos e os conhecimentos que estes possuem. Nesse particular, a educação deve compreender a aprendizagem como um processo permanente, conforme Diniz (2009, p. 63) esclarece:

Podemos afirmar que se a educação pode ser interpretada sob o ângulo dos estudos, a formação pode ser interpretada sob o ângulo da aprendizagem, como aprendizagem permanente e não apenas como educação das pessoas adultas, mas como uma ação que começa na etapa pré-escolar e perdura até depois da aposentadoria, ou seja, a aprendizagem permanente considera a ação de aprender como um processo contínuo e ininterrupto durante todo o ciclo vital.

Para isso, é imprescindível que haja comprometimento de todos os agentes (gestores públicos, gestores dessas instituições, servidores técnico-administrativos e professores) envolvidos com o projeto político-pedagógico baseado no respeito à diversidade desses sujeitos. “Pensando essa política na esfera do ensino médio, é preciso ainda romper, de uma vez por todas, com a visão exclusivamente propedêutica dessa etapa de ensino” (BRASIL,

2007, p. 45). Em suma, há a necessidade da ruptura de paradigmas dos modelos de ensino focados nos conteúdos específicos e nas disciplinas.

Contribuir para a melhoria das condições de participação social, política, cultural e emancipatória desse público trabalhador é um desafio para a educação, no sentido de redimensionar as ações pedagógicas sem o legado do preconceito social. Isso implica a necessidade de diálogo entre as experiências e pesquisas com toda a comunidade escolar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As contradições entre os princípios fundamentais da Educação e as políticas educacionais vigentes desde sempre relegam um grande número de homens e mulheres, jovens e adultos a um lugar na sociedade em que lhe são tirados não somente o direito à educação, mas todos os benefícios que vem dela, como, por exemplo, o conhecimento que contribui para uma melhor participação social, econômica, cultural e política desse indivíduo na sociedade.

O panorama histórico educacional que as gerações passadas vivenciaram e o que temos assistido nos últimos tempos foram tentativas, com insucessos obtidos, de reverter o ideário da classe dominante que busca, segundo Saviani (2018), tratar a educação como um meio de perpetuar a discriminação social, ao invés de promover a equalização social.

REFERÊNCIAS

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda; MARTINS, Maria Helena Pires. **Filosofando**: introdução à filosofia. 2. ed. São Paulo: Moderna, 1993.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e bases da Educação Nacional**, Lei nº 9.394/96. Brasília, 1996.

BRASIL. PROEJA: Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos. **Documento Base**. Brasília, agosto, 2007. Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf2/proeja_medio.pdf. Acesso em: 01 jul. 2021.

CIAVATTA, Maria. A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. In: FRIGOTTO, Gaudêncio, CIAVATTA, Maria e RAMOS, Marise (orgs.). **O ensino médio integrado**. Concepção e contradições. São Paulo: Cortez, 2005.

DINIZ, Adriana Valéria Santos. As Políticas de Educação e de Qualificação dos Jovens e Adultos e a Transversalidade no Currículo. **Espaço do Currículo**, v.3, n.1, p.52-73, mar/set. 2009.

GUIMARÃES, Cátia. Educação Profissional. **RET-SUS**, Rio de Janeiro: Fiocruz, n. 25, jan./fev. 2007. Disponível em:
http://www.retsus.fiocruz.br/sites/default/files/revista/pdf/retsus_revista_25.pdf. Acesso em: 01 jul. 2021.

LEAL, Leila. Educação profissional e de ensino médio integrado no Brasil: um balanço das conquistas e reivindicações. **Revista Poli**, Rio de Janeiro ano III, n. 15, p. 4-11, jan./ fev. 2011. Disponível em: http://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/revista_poli_-_15.pdf. Acesso em: 01 jul. 2021.

SAVIANI, Demerval. **Escola e Democracia**. 43 ed. Edição Comemorativa. Campinas: Autores Associados, 2018.